

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

**13º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA  
DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**CP 13/11 - PROCURADOR DO ESTADO**

**FASE INTERMEDIÁRIA**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**GRUPO I**

**PROVAS DISSERTATIVAS DE:**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

**22/01/2012 – TURNO MANHÃ**

**QUESTÃO 01 (máximo 30 linhas):**

“O Parlamento recebeu dos cidadãos, não só o poder de representação política e a competência para legislar, mas, também, o mandato para fiscalizar os órgãos e agentes do Estado, respeitados, nesse processo de fiscalização, os limites materiais e as exigências formais estabelecidas pela Constituição Federal. O direito de investigar – que a Constituição da República atribuiu ao Congresso Nacional e às Casas que o compõem (art. 58, § 3º) – tem, no inquérito parlamentar, o instrumento mais expressivo de concretização desse relevantíssimo encargo constitucional, que traduz atribuição inerente à própria essência da instituição parlamentar” (STF, Pleno, MS 24.831-DF, rel. Min. Celso de Mello, DJ de 04.08.2006).

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), responda fundamentadamente aos seguintes questionamentos:

- I. Quais são os requisitos para a criação de uma CPI e a quem compete, no âmbito do órgão parlamentar, decidir sobre sua instalação?
- II. Quais são os atos que, por autoridade própria, a CPI pode determinar, com base nos “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” a que se refere o art. 58, § 3º, da Constituição da República, e que requisitos devem ser observados na determinação destes atos?
- III. O que é “reserva de jurisdição” e quais são os atos que, por força desta cláusula, não podem ser determinados, por autoridade própria, pela CPI?

**QUESTÃO 02 (máximo 15 linhas):**

Segundo Gilmar Ferreira Mendes, no chamado controle concentrado de constitucionalidade, tem-se “o que a jurisprudência dos Tribunais Constitucionais costuma chamar de **processo objetivo**” (*Controle de Constitucionalidade: aspectos políticos e jurídicos*. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 250). Explique o que se entende por “processo objetivo” e quais as suas principais características.

**QUESTÃO 03 (máximo 15 linhas):**

Composto por pessoas jurídicas dotadas de autonomia, o Estado Federal tem no sistema de distribuição de competências o seu ponto central. Salienta Fernanda Almeida que a decisão tomada a respeito da repartição de competências “é que condiciona a feição do Estado federal, determinando maior ou menor grau de descentralização” (*Competências na Constituição de 1988*. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 33). A Constituição da República combina, no seu Título III, dois sistemas de repartição de competências. Que sistemas são esses, qual a origem de cada um e como eles funcionam?

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 04 (máximo 30 linhas):**

Disserte sobre a possibilidade (ou impossibilidade) de aplicação das prerrogativas derivadas do regime jurídico dos bens públicos aos bens das empresas estatais, à luz da jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

**QUESTÃO 05 (máximo 15 linhas):**

Disserte sobre as distinções jurídico-conceituais entre as permissões de serviço público outorgadas antes e as outorgadas depois da vigência da Constituição de 1988, e em especial sobre a possibilidade jurídica do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor do permissionário, num e noutro caso, levando em conta, sobretudo, o entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria.

**QUESTÃO 06 (máximo 15 linhas):**

Um Prefeito Municipal edita decreto de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de um terreno baldio do proprietário X, com a finalidade de construção de um estádio municipal de esportes, com base no art. 5º, "n", do Decreto-lei nº 3.365/41. Concluída amigavelmente a desapropriação, o Poder Executivo municipal decide, depois, construir um novo cemitério municipal no terreno desapropriado. O ex-proprietário X entende, todavia, que a decisão de construir o cemitério é ilegal, vez que o terreno foi desapropriado para a construção de um estádio municipal de esportes, e impugna administrativamente a decisão respectiva, pretendendo também, em face da ilegalidade, a devolução do seu imóvel. Mediante quais argumentos jurídicos poderia a Procuradoria do Município sustentar a licitude da decisão impugnada?

**QUESTÃO 07 (máximo 30 linhas):**

“L.A.D.”, trabalhador que há muito tempo atuava na área da construção civil, decidiu abrir sua própria empresa de fabricação de lajes, vigotes e pré-moldados em geral. Vencidos todos os trâmites técnicos e legais necessários, “L.A.D.” iniciou seu empreendimento em 04/09/2010 e, para tanto, contratou dois empregados.

O primeiro empregado, “A.M.C.”, 22 anos, atuava como secretário e também auxiliava na fabricação dos pré-moldados. Como “L.A.D.” não o conhecia, firmou contrato de experiência (60 dias) com um salário de R\$ 750,00 e uma jornada diária de 8 horas.

O segundo empregado, “L.V.R.”, 61 anos, já era conhecido de “L.A.D.” e, portanto, seu contrato desde o início foi firmado a prazo indeterminado. “L.V.R.” atuava como secretário e também auxiliava na fabricação dos pré-moldados, seu contrato previa um salário de R\$ 850,00 e sua jornada diária era de 8 horas.

Os primeiros meses de atividade empresarial foram difíceis, com baixa demanda, produtividade e faturamento. Apesar disso, “L.A.D.” estava satisfeito com o bom rendimento comum aos seus dois empregados – tanto assim que permaneceu com “A.M.C.” após o término do contrato de prova. Em 07/01/2011, após uma rápida conversa com seus empregados, “L.A.D.” comunicou sua determinação de implantar, a partir do dia 10/01/2011, uma jornada diária reduzida para 5 horas, devendo haver a compensação das horas suprimidas tão logo houvesse incremento da demanda.

Em julho de 2011, a empresa de pré-moldados experimentou um súbito aumento de vendas. Assim, “L.A.D.” decidiu compensar as horas de jornada que haviam sido reduzidas, e diariamente os dois empregados voltaram a cumprir sua jornada contratual ordinária e mais um acréscimo de 3 horas no período imediatamente subsequente.

Mas o aumento de demanda foi passageiro: já em agosto e nos meses subsequentes, as vendas voltaram a ser baixas. Sendo assim, “L.A.D.” decidiu retornar à jornada ordinária de 8 horas.

Em setembro de 2011, a demanda pelos pré-moldados da empresa estava tão aquém do esperado que “L.A.D.” decidiu conceder férias de 15 dias a “L.V.R.”, com início em 24/10/2011 (30 dias após o recebimento da comunicação por escrito da determinação do período de férias), visando a reduzir o ritmo da produção. “L.V.R.”, que era amigo de longa data de “L.A.D.”, entendeu a situação e acatou de bom grado o período de férias escolhido. “A.M.C.” continuou trabalhando.

Em 05/12/2011, “L.A.D.” concedeu o segundo período de férias que estava pendente a “L.V.R.” (novamente, 30 dias após o recebimento da comunicação escrita). No entanto,

quase imediatamente após o término do repouso anual, em 20/12/2011, “L.A.D.” finalmente deu-se conta de que não tinha a vocação para empreender uma atividade econômica – por mais que o mercado estivesse aquecido, as vendas de sua empresa não alavancavam.

Assim, “L.A.D.” decidiu encerrar as atividades de sua empresa, pagando aos seus dois empregados as seguintes verbas rescisórias: saldo salarial relativo aos dias trabalhados e ainda não contraprestados; gratificação natalina e férias devidas; indenização de 40% sobre o saldo de FGTS. Na ocasião, realizada na respectiva sede sindical, a documentação pertinente aos atos rescisórios foi devidamente observada.

Tendo em vista a situação-problema recém descrita, e considerando a atual legislação e a jurisprudência consolidada pertinentes ao Direito do Trabalho, descreva de forma fundamentada 5 (cinco) irregularidades explícitas cometidas pelo empresário “L.A.D.”.

**QUESTÃO 08 (máximo 15 linhas):**

Em 15 de janeiro de 2003, uma determinada empresa, atravessando dificuldades financeiras, sob a alegação de se valer das prerrogativas decorrentes de seu poder de comando, promoveu alterações nas condições de trabalho de seus empregados, nos seguintes termos: **(a)** supressão de parcela denominada “auxílio-transporte”, de natureza não salarial, prevista em regulamento de empresa; **(b)** não pagamento da parcela de 1/3 constitucional sobre a remuneração de férias, para os empregados que, a partir deste respectivo ano, usufruíssem o repouso anual.

Análise, à luz da legislação trabalhista e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a validade das alterações promovidas, bem como a aplicabilidade das regras de prescrição às pretensões eventualmente decorrentes, considerando, neste último caso, um empregado que já atuava na empresa à época das modificações das condições de trabalho, cujo contrato tenha sido rescindido, sem justa causa, em 19 de março de 2009 (mantendo-se, durante toda a contratualidade, as alterações supracitadas), e cuja ação tenha sido interposta em 15 de janeiro de 2011.

**QUESTÃO 09 (máximo 15 linhas):**

Disserte sobre a estabilidade do dirigente sindical, explicitando, à luz da legislação e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, **(a)** possíveis beneficiários; **(b)** requisitos de aquisição; **(c)** prazo de duração e **(d)** situações de perda antecipada da estabilidade.



Lined writing area with 25 horizontal lines.

Lined writing area with 25 horizontal lines.



Lined writing area with 25 horizontal lines.

Lined writing area for notes or text.

Lined writing area with 25 horizontal lines.

Lined writing area with 25 horizontal lines.



Lined page for notes or text.